ministra Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues ministro Reynaldo Soares da Fonseca coordenação

BIANCA BARBOSA HERINGER GRACE ANNY DE SOUZA MONTEIRO PALMIRA CÂNDIDA FARIA SANTIAGO REJANE MARIA CHAVES DE MELO ROCHA NETTO ORGANIZAÇÃO

REPENSAR A JUSTIÇA

Estudos em homenagem à Ministra Assusete Magalhães



STJ00117915



Conselho Editoria:

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

> Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Arnato Mangiameli Professora da Universidade de Romo II — Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara Professora Titular da USP – Brasil

> Doutor Stelio Mangiameli Professor do Universidade de Teramo — Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior Professor Titular da Universidade de Brasilia — Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

A

Jiii

Doutor Marcelo Figueiredo Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas Professor Titular da USP — Brasil Editor Chete

Plácido Arraes

Gitar

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto grafico Fernanda Aquino

(Fotografia por: Min. Sebastião Reis)

Diagramação

Fernanda Aquino Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora Copyright © 2023, Os autores.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG — CEP 30140-007 Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP ~ CEP 01311-940

Catalogação na Publicação (CIP)

R425 Repensar a justiça : estudos em homenagem à Ministra Assusete Magalhães / Ministra Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca coordenação ; Bianca Barbosa Heringer... [et al.] organização. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023. 1194p.

ISBN 978-65-5589-799-9

 Direito. Z. Direito Público 3. Magalhães, Assusete Dumont Reis, 1949- L. Rodrigues, Maria Isabel Diniz Gallotti II. Fonseca, Reynaldo Soares da III. Heringer, Bianca Barbosa IV. Monteiro, Grace Anny de Souza V. Santiago, Palmira Cândida Faria VI. Rocha Netto, Rejane Maria Chaves de Melo.

CDDir: 341

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472









Sumário

Prefacio	5
Apresentação	7
PARTE 1	
•	
DO SERRO AO PLANALTO: AMOR À	
JUSTIÇA	23
1. Do Serro ao Planalto: amor à justiça	25
Roberto Rosas	
PARTE 2	
REFLEXÕES SOBRE DIREITOS E GARAN	NTIAS
ASSEGURADOS PELA CONSTITUI	IÇÃO
FEDERAL DE 1988	29
1. A educação da criança na histéria constitucio Brasil	
Aristides Junqueira Alvarenga	

2. Liberdade econômica e relações de trabalho: em busca da harmonia necessária
Douglas Alencar Rodrigues
Elayne Menezes Garcia
3. Federalismo e acesso à Justiça: a legitimação das entidades de classe no controle concentrado de constitucionalidade 67
Fernando Facury Scaff
Lucas Cardoso Santos
4. Defesa da democracia e das liberdades na era da pós-verdade 91
José Antonio Dias Toffoli
5. Liberdade de expressão, imprensa e mídias sociais: jurisprudência, direito comparado e novos desafios 107
Luís Roberto Barroso
6. Reflexões sobre a condição populista e a democracia representativa 131
Luiz Edson Fachin
7. A construção da reclamação constitucional e sua importância para a realização da justiça 141
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Pedro Gonet Branco
8. Precatórios e ausência de efetividade do sistema de justiça brasileiro: a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 114 de 2021
Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves

5. O Judiciário e o aperfeiçoamento do agir administrativo 307
Décio Freire
Leonardo José Melo Brandão
6. Os Tribunais de Contas e a improbidade administrativa. Reflexos da Lei n. 14.230/2021 sobre a cidadania passiva 325
Edilson Pereira Nobre Júnior
7. O ressarcimento ao erário e a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública 347
Guilherme Magaldi Netto
Vitória Costa Damasceno
8. Responsabilidade Civil do Estado por eventos relacionados à vacinação no âmbito do Sistema Único de Saúde 363 Isabel Gallotti
9. Atividade de fomento e dispensa de licitação: a função regulatória como indutora do desenvolvimento tecnológico e da inovação nos contratos administrativos 387 Luciano Ferraz
10. Reflexões sobre o conceito e os desafios dos serviços públicos no Direito brasileiro 399
Marco Túlio Reis Magalhães
11. A jurisprudência como fonte do Direito Administrativo 429
Maria Sylvia Zanella Di Pietro

12. Diálogo competitivo: uma reflexão dos impactos da nova Lei de Licitações e Contratos 449
Messod Azulay Neto
13. Lei Geral de Proteção de Dados - regulação 463
Paulo Dias de Moura Ribeiro
14. Responsabilidade Civil do Estado como responsabilidade direta: a relação de presentação pública 469
Ricardo Teixeira do Valle Pereira
PARTE 4
PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA: DA
LEI ELOY CHAVES AOS TRATADOS
INTERNACIONAIS 495
1. A importância do Auxílio-Acidente como direito social na hist é ria brasileira 497
Misabel de Abreu Machado Derzi
Valter de Souza Lobato
Tiago Conde Teixeira
2. Acordos internacionais em matéria previdenciária no Brasil – caminho para a portabilidade dos direitos previdenciários 529
Mônica Sifuentes

PARTE 5 O SISTEMA PUNITIVO E OS DIREITOS **FUNDAMENTAIS** 553 1. A interceptação telefônica sob a ótica da garantia de inviolabilidade das comunicações 555 Eduardo Morais da Rocha Virgínia Afonso de Oliveira Morais da Rocha 2. Busca pessoal e domiciliar no Processo Penal: a contribuição jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça 571 João Batista Gomes Moreira Bruno Hermes Leal 3. "Lavagem" de capitais. Breves notas sobre a cegueira deliberada e a "autolavagem" 605 Leão Aparecido Alves 4. Pela criação de um protocolo de condutas para os casos de violência sexual contra mulheres em ambientes públicos e de lazer: considerações sobre o protocolo de Barcelona 627 Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro Eduardo Borges Espínola Araújo

5. O devido processo legal como garantia da presunção de inocência 647

Néviton Guedes

6. A culpabilidade limitadora da avidez punitiva	655
Roberto Carvalho Veloso	
7. Motivação necessária das decisões judiciais	677
Rogerio Schietti Cruz	
PARTE 6	
O PROCESSO CIVIL COMO INSTRUMENT	O'
DE ACESSO À JUSTIÇA	689
1. Sistema brasileiro de precedentes	691
Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	
Carolina Paes de Castro Mendes	
Carotina Tats at Castro Minats	
2. Recurso extraordinário. Causa de pedir aberta?	709
Carlos Mário Velloso Filho	
3. A Súmula 7 do STJ entre mitos e incertezas: questão de fato!	uma 717
Catarina Buzzi	
Rodrigo Garcia Duarte	
4. Entre os Esconderijos do Serro e as Quadras de Bras Ministra Assusete Magalhães e a Transformação do Sup Tribunal de Justiça	perior
Daniel Mitidiero	
5. Precedentes judiciais obrigatórios: quais problemas resolvem e quais não resolvem	
Edilson Vitorelli	

6. As serventias extrajudiciais no sistema brasileiro de justiça multiportas. 777
Fredie Didier Jr.
Leandro Fernandez
7. A formação dos precedentes judiciais e sua adequada gestão 805
Humberto Martins
8. O instituto do <i>Amicus Curiae</i> no ordenamento jurídico brasileiro 819
José Anchieta da Silva
9. A aplicação das prerrogativas processuais da Fazenda Pública às empresas públicas prestadoras de serviço público 845
Leonardo Carneiro da Cunha
10. A prova emprestada como instrumento da garantia constitucional a duração razoável do processo 861
Ludmila Lavocat Galvão
11. Arbitragem e Judiciário: um balanço dos 25 anos de convivência 885
Luis Felipe Salomão
12. Breves considerações sobre a tutela provisória na sistemática do CPC/2015 895
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Guilherme Ribas da Silva Santos

19. Resistências ao uso da mediação nos conflitos judicializados: lições e oportunidades 1043
Taís Schilling Ferraz
20. A fundamentação dos acórdãos e a ratio decidendi 1067
Teresa Arruda Alvim
PARTE 7
O PRIMADO DA SEGURANÇA JURÍDICA
SOB A ÓTICA TRIBUTÁRIA 1091
1. O mito do grupo econômico familiar para fins de responsabilização tributária: ameaça à segurança jurídica 1093
Alberto Medeiros
2. A mineiridade da Ministra Assusete Magalhães e o seu espírito conciliador, em sintonia com a alteração do dogma da intransigibilidade no Direito Tributário
Ana Carolina Reis Magalhães
3. Lançamento tributário e segurança jurídica 1133
Heleno Taveira Torres
4. Anotações ao Voto dado no julgamento conjunto dos RESPs n. 1.582.681/SP e n. 1.644.556/SP 1163
José Levi Mello do Amaral Júnior

STJ00117915

5. Segurança jurídica em matéria tributária e a	jurisprudência
do Superior Tribunal de Justiça	1173
Regina Helena Costa	